

Falta de sintonia sobre FEF causa mal-estar

Decisão do governo de voltar atrás sobre aumento do fundo pode complicar negociações

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA – A pretensão do governo de dobrar a parcela do Orçamento que é destinada ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), para o uso em “áreas emergenciais”, criou um mal-estar no Congresso que pode complicar as negociações para a aprovação do pacote fiscal. Uma falta de sintonia no discurso do governo, que descartou a hipótese de aumento do FEF e, duas horas depois, confirmou a medida, no anúncio oficial do pacote, levou os líderes governistas a desconfiar das reais intenções do Planalto e causou reação imediata no Congresso.

Pela manhã, os aliados, reunidos no Palácio da Alvorada, acertaram com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que o aumento do FEF não estaria embutido no ajuste. Mas logo depois Malan anunciava, em cadeia de rádio e TV, a proposta de ampliar de 20% para 40% a parcela de desvinculação do Orçamento para destiná-la ao FEF, a partir do ano 2000.

Segundo Malan, a ampliação virá acompanhada da proposta de prorrogação do FEF, que tem vigência até 31 dezembro de 1999. Para aliados, a proposta relativa ao fundo é um importante ingrediente no conjunto de medidas fiscais que o governo anuncia com o propósito de dar uma satisfação ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Estamos descartando o aumento do FEF em função das dificuldades dos Estados e municípios”, avi-

sou o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG), ao sair da reunião no Alvorada. “Os Estados não serão atingidos”, reforçou o líder do governo, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), no Congresso. O recado foi dirigido principalmente aos governadores, que já haviam avisado que não aceitariam o aumento do FEF – que retira dos Estados parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

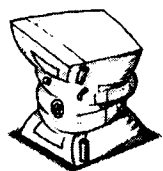
Assim que soube da proposta, o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), reagiu. “Vou falar com o Madeira”, disse. “É loucura mandar a proposta de prorrogação do FEF agora, se ele já está garantido até fim de 1999.” O líder do governo tentou contornar a situação. “Esse

item não está no pacote, não tem de ser votado agora”, alertou Madeira.

A notícia assustou também o líder do PMDB, deputado Geddel Vieira Lima (BA), que decidiu telefonar para Malan e cobrar explicações. “Se o governo quer já a aprovação dessa prorrogação que só vai ocorrer no ano 2000, não ganhará isso do PMDB”,

adverteu. “Esse aumento não passa aqui, porque Estados e municípios não podem ser mais prejudicados do que já foram”, completou Inocêncio.

Junto com o escorregão no caso do FEF, a equipe econômica deu sinais de que duvida da aprovação da reforma tributária até 2006. Em documento distribuído aos parlamentares e à imprensa, os integrantes afirmaram que o Executivo vai propor a prorrogação da vigência do FEF até 31 de dezembro de 2006, a fim de assegurar os recursos até que esteja concluída a reforma tributária. É nesse ponto do documento que se encontra a proposta de elevação do percentual de vinculação de 20% para 40%.



MADEIRA DIZ
QUE ESTADOS
NÃO SERÃO
ATINGIDOS